



## FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

### CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 - DE 08/08/2019 a 23/09/2019

NOME: CONTRIBUIÇÃO CONJUNTA ELABORADA ENTRE CELSE (CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S.A.) E GNA (UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.)

<input checked="" type="checkbox"/> ( x ) agente econômico <input type="checkbox"/> ( ) consumidor ou usuário	<input type="checkbox"/> ( ) representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> ( ) representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor	
Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.		
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<b>N/A</b>	Realização de 2ª fase de Audiência Pública	Considerando a relevância do tema para os agentes regulados, requer-se a realização de 2ª Fase da Consulta Pública, de forma que sejam aprofundadas as questões relacionadas à dosimetria e penalidades.
<b>6º</b>	Art. 6º O autuado será citado para apresentar defesa, no prazo de quinze dias <del>úteis corridos</del> , a contar da data do recebimento do auto de infração.	O prazo em dias úteis está compatível com o atual Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e prestigia contraditório e ampla defesa.
<b>11, §1º</b>	§ 1º Caso a diligência seja para a coleta de elementos de prova, o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias <del>úteis corridos</del> , mencionando-se data, hora e local de realização da diligência.	O prazo em dias úteis está compatível com o atual Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e prestigia contraditório e ampla defesa.
<b>18</b>	<del>(adaptação)</del> Art. 18. Em caso de fixação da pena de multa, a autoridade julgadora, observará os critérios <del>objetivos definidos para metodologia de dosimetria da penalidade, fundamentando adequadamente a decisão,</del>	Redação alinhada ao disposto no art. 25 do Decreto 2.953/1999:  Art. 25. Na fixação do valor da multa a autoridade responsável pelo julgamento levará em conta, fundamentadamente, a gravidade da infração, as

	<p>a qual deverá considerar a <del>capacidade</del> condição econômica, gravidade da infração, <del>consequências decorrentes</del>, antecedentes e vantagem auferida, considerando as especificidades inerentes a cada atividade regulada.</p> <p>Parágrafo Primeiro. O cumprimento espontâneo da obrigação, <del>antes do início da ação de fiscalização ou da ciência desta, ensejará a conversão em advertência. poderá ser considerado causa de diminuição da pena, conforme as circunstâncias do caso concreto.</del></p>	<p>consequências dela decorrentes para o abastecimento de combustíveis e para os consumidores, a vantagem indevidamente auferida pelo infrator, os seus antecedentes no exercício da atividade e sua condição econômica.</p> <p>Cabe ainda ressaltar que o excesso de penalidades pode comprometer a saúde financeira das empresas, e, assim, surtir efeitos contrários aqueles desejados regulador.</p> <p>O regulador deverá, portanto, na dosimetria e aplicação das multas considerar o previsto no art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que dizem respeito à moderação que se exige do regulador no exercício de sua competência de sancionar:</p> <p><i>Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, <b>motivação, razoabilidade, proporcionalidade</b>, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.</i></p> <p><i>Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: (...)</i></p> <p><i>VI - adequação entre meios e fins, <b>vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público</b>; (grifos nossos)</i></p> <p>Registra-se, ainda, a necessidade de atendimento aos princípios da anterioridade onde não há infração administrativa nem sanção administrativa sem previsão anterior de uma e de outra, da motivação na qual a Administração é obrigada a expor os fundamentos em que está embasada para aplicar a sanção e do devido processo legal que, segundo o inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal, assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.</p>
--	---	---

20	Parágrafo único. Caso essa alteração resulte em penalidade mais gravosa, o autuado deve ser intimado a manifestar-se no prazo de quinze dias <del>úteis corridos</del> contados da intimação.	Deve ser aberto o mesmo prazo para a defesa, ou seja, 15 dias úteis, a fim de garantir o contraditório e ampla defesa.  O prazo em dias úteis está compatível com o atual Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e prestigia contraditório e ampla defesa.
23	Art. 23. Em face da decisão que imponha penalidades, o autuado poderá interpor recurso no prazo de dez dias <del>úteis corridos</del> contados da intimação da decisão.	O prazo em dias úteis está compatível com o atual Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e prestigia contraditório e ampla defesa.
34	(exclusão/adaptação) <del>Art. 34. Cada unidade organizacional da ANP que realizar o julgamento de processos sancionadores, no intuito de uniformizar o entendimento dos julgadores ou orientar os trabalhos do setor, poderá elaborar orientações de julgamento.</del> (...)	A uniformização pode vir a prejudicar o contraditório e ampla defesa, a ser observado em cada caso concreto.